



Moção

47.º aniversário do 25 de Abril

Celebramos no presente mês o 47.º aniversário do 25 de Abril de 1974, dia em que, pela coragem e iniciativa de um punhado de capitães, em divergência com superiores hierárquicos e de forma unilateral, decidiram colocar e oferecer ao povo português o fim de um regime ditatorial, bem como encetar e delinear um percurso para a transição e democratização de Portugal.

Este ato heroico culminou não só na libertação de todo um país das garras e arrogância de uma degradante elite política de corifeus, que exercia uma autoridade artificial apenas eficaz devido à opressão e à limitação de todas as liberdades políticas e cívicas, como também permitiu o fim da guerra ultramarina, o reconhecimento e a autodeterminação dos povos das ex-colónias e a libertação dos presos políticos. A Revolução dos Cravos é histórica não só pela disrupção ocorrida em Portugal, mas também por ter dado início à 3.ª vaga de democratização que inspirou e impulsionou outros tantos movimentos um pouco por todo o mundo.

Em Portugal, o 25 de Abril não significa apenas a instalação de um sistema democrático baseado numa lógica de respeito e reconhecimento de direitos iguais entre todos os cidadãos – permitido, por exemplo, pela primeira vez, a universalização do voto –, mas significa igualmente o reconhecimento e exercício por parte do Estado de funções sociais, baseadas na cidadania e nas necessidades de cada indivíduo.

Significa também a construção de um Sistema Nacional de Saúde, tão preponderante e valioso num momento de crise sanitária como aquele em que vivemos devido à pandemia de Covid-19. O SNS permitiu igualmente uma redução abrupta da mortalidade infantil sem paralelo, um aumento da esperança média de vida e uma significativa melhoria da qualidade de vida de cada residente em território nacional, independentemente da sua classe social, situação profissional, relação com o Estado, origem ou característica pessoal.

A libertação em Portugal permitiu que o país, e em consonância com o restante espírito no velho continente, pudesse dar os primeiros passos no sentido da integração europeia, beneficiando do galopante desenvolvimento em curso bem como do mercado único. Portugal construiu uma política externa coerente e sólida, em linha com os mais elementares valores humanistas e iluministas que, durante décadas, foram espeznhados, e que, até então, não merecia qualquer credibilidade ou respeito internacional.

Democracia não significa apenas uma mudança na forma de funcionamento do sistema de governo, consistente, essencialmente, na orgânica, direitos e procedimentos que os cidadãos têm ao seu dispor para determinar a própria

essência do Estado vigente e, principalmente, a sua capacidade para determinar os limites de ação do conjunto das instituições. Pois não deve o regime legislar em causa própria e em seu benefício - e da sua própria sobrevivência -, mas antes os cidadãos, através dos seus representantes, a determinar o espírito e valores norteadores da intervenção do Estado.

Essa transição democrática tem ainda mais valor para nós autarcas, uma vez que foi também devido à Revolução que tivemos a instituição do poder local democrático. Esta nova visão assenta numa progressiva descentralização e desconcentração, uma nova lógica de subsidiariedade, aproximando o Estado aos cidadãos e às suas necessidades, através das autarquias e dos seus eleitos, que são interlocutores privilegiados por excelência.

Em cada um dos anos em que celebramos mais um aniversário do 25 de Abril afastamo-nos progressivamente do tempo da escuridão em que as liberdades e valores que hoje parecem adquiridos não o eram, e, devido à passagem do tempo e do seu efeito sedativo, a tendência geral é a de desvalorização dos perigos dos discursos e das ideias sustentadas nas mesmas formas e prerrogativas que nos levaram ao regime que hoje celebramos o fim.

A liberdade não é, na sua prática, um valor absoluto e inviolável, que quando alcançada atinge um patamar de irreversibilidade, antes, pelo contrário, deve ser sempre enriquecida e passível de aperfeiçoamento, sem medo das ameaças, mas atenta às tentações e objetivos nem sempre deslindáveis daqueles que aspiram ou possuem um sentimento saudosista.

Face ao exposto, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar, em sessão ordinária delibera:

- 1. Reafirmar o seu respeito e admiração por todos aqueles que contribuíram para a construção de um Portugal livre e democrático;**
- 2. Exaltar a importância das conquistas políticas e sociais do 25 de Abril;**
- 3. Expressar a necessidade de consolidar os valores de Abril e de uma ética republicana, pluralista e tolerante;**
- 4. Apelar à participação cívica dos cidadãos junto dos seus órgãos locais, elemento fulcral para o poder local democrático;**

A presente Moção deverá ser publicada e difundida através dos meios da autarquia e junto dos órgãos de comunicação social locais.

Negrais, 28 de Abril de 2021

Os Eleitos do Partido Socialista